



A Influência de Políticas Públicas Alimentares na Criação de Organizações da Agricultura Familiar em Minas Gerais

Universidade Federal de Viçosa – Centro de Ciências Agrárias – Departamento de Economia Rural - Cooperativismo

Renato César Cota Miranda / Departamento de Economia Rural – UFV/ renato.miranda@ufv.br

Alair Ferreira de Freitas / Departamento de Economia Rural – UFV / alair.freitas@ufv.br

Isabela Renó Jorge Moreira / Departamento de Economia Rural – UFV/ isabela.moreira@ufv.br

Joyce Santana Bernardo / Departamento de Economia Rural – UFV / joycebernardocoufv@gmail.com

Palavras – chave: Agricultura Familiar; Cooperativismo; Programa Nacional de Alimentação Escolar; Gestão Pública.

Área do Conhecimento: Ciências Agrárias. Área Temática: Economia

Introdução

O presente estudo busca discutir a trajetória organizacional das cooperativas e associações da agricultura familiar sediadas em cinco municípios de Minas Gerais (Belo Horizonte, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros e Uberlândia).

Objetivos

O objetivo geral é analisar se a constituição das organizações econômicas da agricultura familiar sofreu influência da imersão dos agricultores familiares como fornecedores no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Material e Métodos

A pesquisa apresenta abordagem qualitativa e caráter descritivo, realizando um estudo multicase nos municípios mencionados. Foram aplicados roteiros de entrevistas semiestruturadas com representantes de 13 cooperativas e associações, a fim de compreender as motivações para constituição de organizações da agricultura familiar, seja em formato jurídico de cooperativas ou associações.

Resultados e Discussão

Como resultado, notou-se que 62%, 8 das 13 organizações estudadas, foram criadas depois da Lei nº 11.947/2009, entre os anos de 2011 e 2018, e tinham o objetivo único e exclusivo de atender à política pública de alimentação escolar, tendo seu faturamento bruto limitado às compras governamentais. Por outro lado, 38% 5 das 13 organizações analisadas tiveram sua criação antes da instituição da lei, entre 1986 e 2003, atendendo aos mercados locais e em escalas menores. Esse processo de incentivo à criação de organizações da agricultura familiar é benéfico do ponto de vista do papel mediador das cooperativas e associações no processo de comercialização, mas ao mesmo tempo prejudicial, por serem pautadas em aspectos econômicos, suprimindo apelo social e político, de confiança e capital social. Diante das informações

obtidas nas entrevistas, destaca-se três principais movimentos da criação dessas organizações econômicas da agricultura familiar. O primeiro movimento refere-se às cooperativas e associações criadas antes da inserção da agricultura familiar nas políticas públicas de compras governamentais. Os principais apelos dessas organizações eram sociais e comunitários, de reivindicação por melhorias nas comunidades. No segundo movimento inclui-se as cooperativas e associações criadas após a instituição da legislação específica do PNAE. Elas surgem como organizações mediadoras do acesso dos agricultores familiares ao programa, e sofrem influência de instituições de ATER, de movimento sociais e entidades públicas para a sua criação. O terceiro movimento é composto por associações que modificaram o formato organizacional para atender ao PNAE, transformando em cooperativa, por medo de sofrerem punições (nulidade, multas, processos), uma vez que as associações não possuem finalidade econômica.

Conclusões

Conclui-se que os processos indutivos de criação e transformação das organizações para atender especificamente ao PNAE geram como consequência dependência dos recursos do programa, e organizações com poucos recursos próprios, baixo conhecimento sobre os modelos organizacionais, pouco envolvimento e fidelização dos associados.

Bibliografia

FREITAS, A. F. Dinâmicas locais de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar. 2017. Tese (Doutorado) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017

COSTA, B. A. L.; AMORIM JUNIOR, P. C. G.; SILVA, M. G. DA. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 53, n. 1, p. 109–126, 2015

Apoio Financeiro

CNPQ/SESCOOP